

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.809 - SP (2020/0024771-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : GUILHERME COMANDINI DA SILVA
ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE A. LOUREIRO - DEFENSOR PÚBLICO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : SERV SOCIAL DA IND DO PAPEL PAPELÃO E CORT DO EST
DE SP
ADVOGADOS : JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA - SP142731
MARIA EIKO HIRATA - SP086075
AGRAVADO : UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO
MÉDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADOS : JOSE EDUARDO VICTORIA - SP103160
JOSÉ CARLOS DE ALVARENGA MATTOS - SP062674
INTERES. : FABIANO FABRI BAYARRI
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por GUILHERME COMANDINI DA SILVA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim resumido:

APELAÇÃO - PLANO DE SAÚDE — AÇÃO MONITORIA — DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES - DENUNCIAÇÃO DA LIDE ACOLHIDA — SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA AÇÃO E DA LIDE SECUNDÁRIA — INCONFORMISMO DO RÉU COM RELAÇÃO A AÇÃO ORIGINÁRIA ALEGANDO VÍCIO DE CONSENTIMENTO - DESCABIMENTO - ASSINATURA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS - ESTADO DE PERIGO NÃO CONFIGURADO ~ COBRANÇA DEVIDA - RECURSO DESPROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 336 do CPC, no que concerne à hipótese de cerceamento de defesa, trazendo os seguintes argumentos:

O juízo a quo afirmou que a demanda prescindia de outros elementos probatórios, sendo suficientemente a questão dirimida pela prova documental constante nos autos, rejeitando os embargos monitórios opostos pelo recorrido e constituindo título executivo ao autor/recorrido.

Contudo, não era possível o julgamento antecipado da lide, ante a ausência de revelia e a relevâncias das provas que se pretendiam produzir.

Imprescindível neste caso o saneamento do processo para produção de outras provas (fl. 278).

Quanto à segunda controvérsia, igualmente pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 357 do CPC, no que concerne ao saneamento do feito, trazendo os seguintes argumentos:

Conforme demonstrado, no caso em testilha houve cerceamento de defesa por conta da falta de instrução probatória, tendo em vista que não houve o saneamento do processo. Tal ato constitui-se em frontal desrespeito ao referido artigo 357 do Código de Processo Civil. Portanto, a demonstração do cabimento se encerra na própria alegação de contrariedade a Lei Federal, ou negativa de vigência (fl. 276).

É o relatório. Decido.

Quanto à ambas as controvérsias, na espécie, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ademais, quanto à segunda controvérsia, incide, também, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o parágrafo/inciso/alínea sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já consignou que “o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido violação. Compete à parte recorrente indicar de forma clara e precisa qual o dispositivo legal (artigo, parágrafo, inciso, alínea) que entende ter sofrido violação, sob pena de, não o

Superior Tribunal de Justiça

fazendo, ver negado seguimento ao seu apelo extremo em virtude da incidência, por analogia, da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp 583.401/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 25/3/2015).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no Ag n. 341.240/SP, relator Ministro Massami Uyeda, Quarta Turma, DJ de 6/8/2007, p. 493; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005, p. 263.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente